O texto que de seguida se apresenta é a conclusão de uma dissertação de doutoramento em Antropologia, defendida em Março de 2010, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, da autoria de Carlos Almeida, e com o título *Uma infelicidade feliz. A imagem de África e dos Africanos na Literatura Missionária sobre o Kongo e a região mbundu (meados do séc. XVI – primeiro quartel do séc. XVIII)*. Aqui se condensam as ideias centrais construídas ao cabo de alguns anos de estudo sobre a produção textual de diferentes ordens missionárias, com particular destaque para a Companhia de Jesus e a Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, acerca da costa ocidental africana, a sul do rio Congo.

CONCLUSÃO

Missione in prattica,. 1747,
Torino, Biblioteca Civica, Ms. 457

O padre Girolamo Merolla da Sorrento dirigia-se para Lemba. O senhor local, D. João II Nzuzi Ntamba, era um dos mais poderosos no território do que fora outrora o Kongo. Assumira recentemente o poder naquela região e, tal como o irmão que o antecedera, reclamava para si a

legitimidade do título de Mani Kongo. O ânimo que João II dera mostras, aliado à importância política da personagem em causa, haviam convencido o padre a pôr-se ao caminho.

Na segunda etapa dessa jornada, Merolla chega a Noki, quase junto à margem do rio Zaire. Algo naquele lugar desperta-lhe o afecto e a curiosidade, por uma qualquer razão que não chega a explicar considera-o como "il migliore da me frà tutt'in quest'Etiopia scorti". Estima que nenhum sacerdote ali chegara antes, por ser aquela aldeia apartada dos caminhos habituais de circulação. Para obterem o baptismo, as pessoas deslocavam-se por seis a oito dias até às povoações mais próximas onde se sabia viverem padres católicos. Por isso, ainda que tencionasse, de início, pernoitar e seguir viagem na manhã seguinte, decidiu-se a ficar um dia, e dispensar àquela gente algum socorro espiritual de que tão carente estava.

No pátio da casa do senhor local, procedeu ao baptismo dos que se lhe apresentaram. Chegou a conceder o sacramento a cento e vinte e seis pessoas, mas acabou por interromper a cerimónia. O espaço era diminuto e a confusão em redor pouco consentânea com a dignidade do ritual. Um pouco desagradado, também, com a pouca compostura daquela gente, resolve mudar-se para o terreiro central da aldeia, mas o Mani adianta-se, "non si sgomenti, ò Padre, mi disse, habbiamo quì la Chiesa, trasportiamoci iui, e farete com più commodità le vostre fontioni". Conduzido ao local, o padre Merolla não esconde a emoção: de frente para uma ampla praça, na qual pontificava uma cruz, erguia-se uma igreja muito bem disposta na sua aparência exterior. Num lugar tão remoto e ermo, aquela visão afigura-se um milagre da providência, sinal de que o seu poder não conhecia limites, e de que a sua misericórdia acolhia até mesmo aquelas pobres e infelizes gentes. À medida que se aproxima percorre com o olhar, atento e maravilhado, cada pormenor da construção mas, num repente, o coração sobressalta-se. Alarga o passo, aproxima-se do edifício e observa com cuidado a porta. Ainda há bem pouco o gozo espiritual ruborescia-lhe a face, mas agora o rosto apresenta-se de todo pálido e o olhar reflecte uma expressão de puro horror. De forma brusca, ordena ao seu anfitrião que abra a porta da igreja. O padre mal esconde a surpresa, ao ver que o Mani e todo o povo que acorrera a acompanhá-lo até ali se espalhavam pelo campo, em todas as direcções, numa correria destemperada. Só, naquela praça, de frente para a igreja, amachucado pela angústia, sente-se, de súbito, invadido por uma força interior. Lança um pé para diante e com estrondo escancara a porta da igreja. O que vê deixa-o aterrorizado: "Ó vista horrenda per me, ed oh spettacolo horribile per que'miseri, e frastornati Cittadini!". Lá dentro, um enorme monte de terra que lhe pareceu ser um túmulo ocupava grande parte da área, sobre ele destacava-se um corno com perto de cinco palmos de comprido; de um lado surgia outro, mas este menor, e no chão um outro. Nas paredes, de cada lado, pendiam objectos supersticiosos e demoníacos iguais aos que muitas vezes observara naquelas terras.

O padre Merolla vira costas àquela cena, mal contendo a fúria que o agita e lhe amarra a voz. Cá fora, solta um grito com quanta força tem: "Son questi li documenti da'nostri Padri, lasciatiui? Questi sono li frutti, che cauati hauete dall'amare radici di tanti stenti, e sudori di chi v'indrizzò nella via del Cielo?" Decide para si que a mais ninguém concederia o santo baptismo. Um pouco depois, mais calmo, entrega-se ao conselho divino. Pondera a possibilidade de deitar fogo àquela construção do demónio, mas rejeita essa possibilidade. As casas em redor eram feitas de palha e havia o risco sério de as chamas alastrarem, provocando graves prejuízos àquela gente miserável. Mas, principalmente, vem-lhe à memória o exemplo de tantos outros missionários que, tomados por um misto de cólera e rigor, haviam padecido de graves infortúnios, sem que nenhum fruto resultasse para a saúde das almas. Repreendeu asperamente o senhor local e acabou por seguir viagem ao encontro de João II, perseguindo o projecto de reunificação do Kongo que, no entanto, ficaria longe de concretizar[1].

A breve passagem do padre Merolla por aquele lugar ilustra a natureza da relação entretecida, ao longo de mais de dois séculos, entre gerações de missionários europeus e as populações daquela vasta região do continente africano situada, grosso modo, entre o rio Zaire, a norte e o rio Kwanza a sul. Tratava-se, em boa verdade, de um encontro ilusório, nascido e mantido em razão de um desencontro, profundo mas quase imperceptível para os que o viveram. Ali se confrontavam diferentes registos discursivos e visões do mundo que só na aparência comunicavam entre si, e que dialogavam, antes, com o próprio outro que cada uma delas, para si, construíra. A receptividade com que o missionário é acolhido, a importância que se atribuía aos rituais que ele oficiava, o alto valor conferido ao baptismo e que levava a população daquela aldeia a enfrentar longas caminhadas ao encontro do padre mais próximo, atesta, no final do século XVII, como os rituais cristãos tinham sido apropriados pelos africanos e se haviam convertido em instâncias fundamentais de regulação do seu quotidiano. Contudo, a forma singela como o senhor daquela aldeia oferece ao missionário, como lugar adequado para a administração do baptismo, um espaço ritual dedicado ao culto dos antepassados, demonstra que essa aquisição dos símbolos e práticas cristãs não implicava qualquer forma de conflito com o universo das crenças daquelas populações. Este episódio mostra bem como essa incorporação era, afinal, um processo dinâmico e selectivo de reinterpretação de rituais e símbolos, operado por uma cosmologia que dava mostras de uma apreciável plasticidade, necessária para incorporar essas

[1] Girolamo Merolla da Sorrento, *Breve e Succinta Relatione del Viaggio nel Regno di Congo nell'Africa Meridionale fatto dal P. Girolamo Merolla da Sorrento, Sacerdote Cappuccino, Missionario Apostolico. Continente variati Clima, Aria, Animali, fiumi, frutti, vestimenti con proprie figure, diversità di costumi, e di viveri per l'uso humano, Napoli, per Francesco Mollo, 1692*, pp. 312-319.

inovações exteriores, ao mesmo tempo que mantinha intactos e funcionais todos os alicerces da sua visão do mundo.

A mesma imagem do largo com a cruz ao centro, dominado por uma construção a que se atribuía valor sagrado, possuía elementos gráficos e simbólicos suficientes para suscitar emoções e sentidos, mesmo que díspares, em todos os presentes. O padre Merolla não falava kikongo e fazia-se sempre acompanhar por intérpretes. É crível, por isso, que a designação de "igreja" atribuída à sepultura tenha sido gerada no diálogo entre o senhor local e o língua, mas isso não esclarece se aquele lugar fora alguma vez uma igreja, entretanto investida daquela nova funcionalidade ou se existira sempre como um santuário de culto dos antepassados. Mesmo assim, a história confirma que este encontro feito de desencontros se operava sobre um léxico que era em certos aspectos partilhado, mesmo que essa coincidência fosse só aparente.

Por outro lado, o horror e a indignação que são perceptíveis nas palavras do missionário ante a revelação da verdadeira função daquela "igreja" dão a medida da distância que separava o seu mundo em relação àquelas crenças mas, mais importante, ilustram a sua profunda e radical incompatibilidade. Desde que chega a Noki tudo o que observa em seu redor o comove, o abandono espiritual a que aquelas gentes estavam votadas, a sua pertinácia na busca do sacramento cristão, a recepção calorosa de que é alvo. A sua disponibilidade para prolongar a estadia, a administração pronta do baptismo a todos quantos se lhe apresentavam, sem cuidar sequer do exame sobre a sua proficiência nos rudimentos da doutrina, é elucidativa do voluntarismo e da perspectiva optimista com que encarava a conversão dos africanos. Aqueles homens e mulheres entregavam-se passivamente nas suas mãos, sedentos da fé que tinha para lhes oferecer e sem nada que se lhe opusesse. E, num repente, tudo se suspende. Era afinal o demónio que morava naqueles lugares, que se dissimulara nos corações daquelas gentes, que se travestira até com os símbolos sagrados do cristianismo, que inventara subtis artimanhas para manter no engano aqueles homens cegos e miseráveis. Na ponderação ulterior sobre a atitude a tomar, não se vislumbra qualquer sinal de tolerância com o sucedido, dela não é possível extrair nenhuma explicação para a experiência que acabara de viver. A economia narrativa é gerida, aliás, de forma muito habilidosa, de maneira a conduzir o leitor ao estado de surpresa e aversão que o padre teria experimentado naquela ocasião. Se no final, o padre Merolla coloca de lado reacções mais violentas não é porque admita alguma forma de tolerância com o sucedido, mas tão só porque na situação em que se encontrava, não havia a esperar nenhum fruto. O simples facto de ter considerado essas medidas significa que, no leque de recursos que tinha ao seu dispor, elas figuravam como um instrumento possível de actuação. Tinha, além disso, um objectivo, que aliás o conduzira até ali, e era nele que pretendia concentrar-se. O baptismo

daquela gente, esse sim, era, desde então, inaplicável. Não porque os africanos tivessem levantado dúvidas, ou disputado com as razões da fé católica. Simplesmente porque, na vacuidade da sua existência – a mesma que justificara o optimismo inicial – aqueles homens viviam submetidos à escravidão dos enganos e falsidades do demónio que urgia extirpar para que enfim sobre eles pudesse deslizar a água pura do baptismo.

Os dias passados pelo padre Merolla em Noki reflectem as angústias, desafios e incertezas com que, ao longo de cerca de dois séculos, sucessivas gerações de missionários se confrontaram naquela região do continente africano. A complexidade da sua empresa pode ser questionada sob diferentes pontos de vista, a partir do lugar e do significado que aquelas sociedades africanas atribuíam à figura do padre e à eficácia relativa reconhecida aos rituais de intercessão com o mundo dos espíritos que ele protagonizava, ou da dinâmica dos processos complexos de mudança social que se desenvolviam naquela região e que, resultando embora da interacção de diferentes mundos culturais, era largamente independente da vontade concreta dos seus intérpretes. O estudo que agora se conclui, sem deixar de ter presentes essas múltiplas dimensões, optou por centrar-se no imaginário dos missionários, em especial no discurso antropológico reflectido na sua produção textual e, pelo qual, o africano foi construído como identidade e como objecto da acção evangelizadora.

Antes de ser uma actividade orientada para o outro, entretanto, a missão começava por ser um caminho interior. Na emulação das virtudes cristológicas, no abandono de si próprio, na entrega radical ao ofício apostólico, o missionário dispunha-se para o seu próprio encontro com Deus, da mesma forma como, por via da acção pastoral e doutrinária, ele buscava conformar as almas dos neófitos para a salvação. Deste modo, e a par do seu exemplo de vida, em si mesmo uma gramática de sentidos que se oferecia, em cada gesto, à contemplação do mundo, a escrita constituía uma ferramenta indispensável. Ela não era só um poderoso instrumento administrativo ao serviço do reforço dos aparelhos coercivos do Estado, e da própria coesão e operacionalidade de organizações centralizadas como eram, tendencialmente, todas as ordens religiosas, umas em maior grau do que outras. Essas dimensões, diga-se, são por demais evidentes, tanto nos circuitos de produção e circulação textual das diferentes ordens religiosas, como na ulterior difusão das suas obras, como elementos privilegiados de propaganda e prestígio. Nesta medida, cada religioso começa por ser uma extensão dos preceitos da sua regra que, na ampla divulgação conferida à essa experiência individual, se afirma e promove como modelo de santidade, cativando, por essa via, novas vocações e favores. Mas, a narrativa da viagem missionária apresenta, igualmente, mesmo que submetida à disciplina daqueles preceitos, um marcado cunho confessional que transparece tanto na exaltação do fruto realizado pelo religioso como na

eventual justificação dos seus fracassos e infortúnios, ou tão só na explicação para as opções tomadas em cada momento. No modo como reflectia a sua particular vivência de uns e de outros, ela apresenta-se como um espelho de valores, no qual o eu que escreve se exibe como exemplo normativo, e o outro que lê se projecta em busca de um horizonte de redenção. Na economia do discurso missionário, todas as vertentes convocadas se submetem e servem esse desígnio edificante, tanto as que mais directamente se relacionam com o ofício evangelizador, como aquelas na aparência mais apartadas desse núcleo temático, e que, em não poucos casos, se apresentam como simples curiosidades, fruto do particular interesse de um religioso.

Mas se este constitui o que pode designar-se como o *habitus* do missionário – à maneira de Pierre Bourdieu – a análise efectuada sobre a massa textual produzida pelos religiosos regulares que demandaram a região em apreço permite afirmar que, desde cedo, se desenvolve um processo de construção de uma imagem particular de África enquanto território de missão. Esse discurso funda-se, desde logo, numa tradição longínqua que reservara para aqueles lugares o desconhecido, o excêntrico e o monstruoso. Mas, mais do que a simples revisitação de velhos mitos, verifica-se, a partir da Europa, um verdadeiro movimento de descoberta gradual do espaço que se estendia para sul do deserto do Sahara além do Bojador e que, nas suas múltiplas dimensões, participa do movimento geral de encontro com novos mundos. Esse processo é tornado inteligível, em larga medida, com o recurso àquelas noções e imagens antigas, deslocadas de outras latitudes, reinventadas como instrumento explicativo da novidade do encontrado ou, tão só, como meros efeitos retóricos destinados a preencher o vazio do ignoto. Mas, de par com esse movimento que não cessará de assumir novos contornos ao longo do tempo, esse discurso constrói-se e alimenta-se, também, com o relato da experiência do vivido, incorporando, em nomes antigos, novos sentidos e mais amplas latitudes.

Para a generalidade dos missionários chamados à difícil tarefa da pregação da palavra naqueles lugares, física e simbolicamente tão distantes, a missão africana apresenta-se como a mais radical escolha, e o lugar de uma absoluta e despojada entrega ao ministério apostólico. Mais do que em qualquer outra parte, a missão naqueles lugares é sinónimo de privação. Naqueles espaços intocados, desertos e agrestes, distantes do mundo – porque desconhecidos do centro que é o espaço da cristandade e da civilidade – os religiosos estão sós com Deus, enfrentando o destempero dos ares, a agitação dos humores, a extravagância das formas, a brutalidade das mais ferozes criaturas que a natureza criara. África é lugar para padecer, dirão alguns, e só por isso torna-se, também, um destino desejado, mais do que todos. Ali, a missão é penitência, mortificação, expiação dos pecados, abdicação de si próprio, desprezo pela carne e o terreno, sublimados na comunhão espiritual com Deus. Antes de chegar ao encontro com o outro,

é aqui mesmo, no exercício introspectivo do missionário, na angústia da irrevogável imperfeição da sua condição como homem, entre o confronto interior com a transitoriedade da existência física e a busca da perenidade do espírito, o frémito do desejo e a serenidade contida da alma, que o discurso antropológico se enuncia. E será a partir daqui mesmo, que ele penetrará toda a narrativa da prática missionária, nas suas diferentes facetas.

Desde logo, no olhar sobre a natureza africana. A sua diferença impressiona e fascina, ao mesmo tempo, ao ponto de as palavras serem escassas, nos sentidos que podem convocar, nas imagens que são capazes de desenhar. A novidade não cabe já no saber dos antigos, nem sequer nas fábulas da mitologia. É a própria realidade que se revela, ela própria, fantástica. A extrema fertilidade da terra, a exuberância dos seres, a extravagância das formas, o comportamento silvestre e excessivo dos seres, mesmo aqueles mais ferozes e brutais, deixa poucos indiferentes. Exibia-se ali, em toda a sua plenitude, o poder infinito da providência divina. No discreto equilíbrio dos elementos, na prodigalidade dos frutos, no suave encanto dos lugares, na sábia compatibilização dos contrários, nas pequenas maravilhas e sortilégios, a natureza oferecia-se como um livro aberto susceptível, como nenhum outro, de mover para Deus o coração dos homens. A descrição naturalista que pontua uma boa parte dos relatos e narrativas produzidas pelos missionários, mais do que uma simples curiosidade, é também ela um instrumento de edificação. Ela participa, é certo, do movimento complexo de gradual autonomização de um campo de saber que tomará a designação de história natural e, até certo ponto, aliás, é um dos seus principais impulsionadores. Alguns religiosos patenteiam, de forma abundante, a curiosidade e o gozo pessoal que experimentam no elenco da multiplicidade de espécies, e na revelação das virtudes particulares de plantas ou animais. Mas, na economia própria do discurso missionário, a sua função é mais ampla. A nomeação da obra do criador, o encontro assim pressentido com a presença de Deus, trazia de volta à ecúmena aqueles lugares distantes e apartados da comunicação humana, investidos agora de um sentido e de uma função no plano divino. Enunciada de início como distância e exílio, África adquiria dessa forma uma finalidade que, sem de todo anular aquela sua dimensão de excentricidade, conferia, por outra parte, um alcance novo à acção do missionário. Nos mil e um artifícios da natureza, Deus revelara-se naqueles lugares, reclamando a conquista das almas que ali viviam. Para além da feição penitencial que nunca deixará de assumir, a missão africana abre-se, também, como território de pregação.

Mas apesar de tudo, o espaço africano é um lugar incompleto. A obra da natureza era uma criação de Deus oferecida ao usufruto e benefício do homem, mas ali ela vicejava sem a marca do trabalho que a realizasse. Essa era a condição humana desde o pecado original: arrancar da

terra o seu sustento, com esforço e sofrimento. Se antes vivia em comunhão plena com todos os seres da natureza, depois da Queda, o homem fazia-se homem na exacta medida em que deles se diferenciasse, e que sobre eles exercesse o seu domínio. Domesticar os animais, plantar e cuidar das plantas, arrotear a terra, cozinhar os alimentos, esventrar os montes em busca dos minérios que se escondiam nas suas profundezas; ao homem cumpria transformar em doméstico o que era bravio, em regular o que era incerto, em dócil o que era selvagem, em harmonioso o que era desordenado, em comedido o que era exaltado. Ao afeiçoar a natureza, assim, às suas necessidades, o homem tornava-se, a si próprio, doméstico, regular e comedido, destacava-se da existência silvestre, realizava-se na sua condição de centro da criação divina. Em África, contudo, a paisagem tinha impressa a marca de uma ausência; a exuberância silvestre, a abundância de animais selvagens, a ausência de caminhos, denunciavam o carácter de um homem que se comprazia com o que a natureza contingente e bravia oferecia.

Assim, como a natureza, o africano era, assim também, um homem irrealizado. Na cor da sua pele exibia a marca da desconformidade e da imperfeição. Essa evidência era suficientemente perturbadora para impor um esforço elucubrador que tornasse inteligível uma tal diferença. Aqui e ali, a cor da pele prolonga-se em outros atributos de ordem física que suscitavam até sentimentos de aversão da parte de alguns missionários, e que sublinhavam a natureza irremissível e invariante do comportamento atribuído aos africanos. Mas a oposição cromática entre o negro e o branco era poderosa, em particular, pela multiplicidade de sentidos antitéticos que podia convocar, nos planos estético e moral, como sinónimos de fealdade e de beleza, de corrupção e pureza, de vício e virtude. Ainda assim, mesmo que o seu peso simbólico e o efeito assimilador que gerava sempre se mantivessem activos, essa dimensão era ainda assim insuficiente para dar conta da realidade complexa que se revelava aos olhos dos missionários chamados a pregar a palavra entre aquela gente.

Na hora de representar e dar a ver a realidade humana observada naqueles lugares, o inquérito levado a cabo pelos missionários é dominado pelos atributos do que, na Europa, construía o paradigma do comportamento civil, por oposição ao bárbaro e rústico. Nas suas narrativas resulta bem marcada a extracção aristocrática do onde provinha a maior parte dos religiosos, já que os preceitos da civilidade e da conduta brutal eram os mesmos que diferenciavam as elites urbanas, ilustradas e nobres, da massa anónima, rude e ignorante que enchia os campos e as vielas das cidades europeias. Ainda que a grelha de leitura fosse ordenada em torno dos mesmos elementos significativos, a medida da diferença era, entretanto, incomparavelmente superior.

Ao olhar dos religiosos, o traço mais impressivo da paisagem que se abria em seu redor era a pobreza em que aquela gente vivia mergulhada, de tal modo que chegava a interrogar, até, a sua própria condição, o voto de despojamento e humildade firmado na regra que todos faziam por evidenciar na sua conduta individual. Viviam na mais estreita dependência do que a natureza silvestre oferecia e em promíscua vizinhança com os animais. Por falta de empenho, de diligência ou destreza, desconheciam o pão, o vinho ou o azeite e usavam, no seu lugar, produtos escassamente elaborados e rapidamente perecíveis. Não demonstravam requinte no paladar, nem sequer nojo. Comiam de tudo, sem distinção, e a sua fisiologia humoral deglutia, até, os alimentos mais vis. Pese embora a frugalidade da sua dieta, os africanos davam mostras de um apetite insaciável. Mais do que cuidar do equilíbrio interior, da constância e fortaleza corporal, as suas refeições destinavam-se a excitar os sentidos. Bebiam continuamente e comiam sempre, sem medida, sem tempo e sem regra. Não aprovisionavam, consumiam o que tinham e enquanto tinham, e compraziam-se na miséria quando os bens se esgotavam. À mesa, as suas maneiras eram assim também, boçais e excessivas. Apesar da frugalidade e irregularidade da sua dieta, os africanos era fortes e ágeis. Compensavam a fraqueza espiritual com a robustez física. Exibiam a nudez sem pudor, e os escassos adornos que envergavam serviam apenas para evidenciar e atrair a lascívia dos olhares. Nasciam nus, viviam nus, combatiam nus e nus morriam. Expostos aos ares, imersos na imundície, nem por isso se mostravam mais sensíveis à doença. Cobriam-se com fios que extraíam das cascas das árvores, às vezes com as peles dos animais que caçavam. Certos tecidos que produziam eram artificiosos e delicados, mas em geral frágeis. Poucos, os mais distintos, envergavam tecidos europeus, até sapatos, mas raras vezes o faziam com compostura e decoro. O mesmo desmazelo que revelavam no vestuário era patente também nas construções onde se abrigavam. Na sua maior parte, eram tão frágeis e toscas que, em pouco, se distinguiam dos abrigos onde se acoitavam as feras que erravam pelos matos. Canas, palha, terra e madeira, a isso se reduziam os materiais de que eram feitas as suas habitações, sem janelas, com a terra como chão. Lá dentro, a mesma penúria, o espaço exíguo, todos amontoados no mesmo lugar, em redor do fogo, inundados no fumo, dormindo sobre uma esteira fina, sem mobiliário, nem artefactos outros que umas panelas para cozinhar um ou outro prato e alguns instrumentos de trabalho, toscos como tudo o resto. Os palácios dos príncipes podiam chegar a ostentar algum aparato, mas com excepção dos muros e labirintos de paus e ramos que as circundavam, e de serem um pouco maiores, em nada se distinguiam das demais.

O contraste da pobreza em que viviam os africanos com a prodigalidade da natureza era vibrante. Havia pedra, mas não a utilizavam para as suas casas. Havia minérios, mas não mostravam curiosidade para os procurar. O viço da terra oferecia colheitas abundantes, mas

pouco se aplicavam na agricultura e menos se preocupavam em aprovisionar para os anos de doenças ou fome. Muitos frutos definhavam nas árvores sem ninguém que os aproveitasse. Os peixes corriam pelos rios mas ninguém os pescava. Os animais vagueavam livres, chegando até a atormentar as aldeias e cidades, sem haver quem os sujeitasse ou caçasse. Naqueles lugares, eram os homens, eles próprios, que faziam de bestas de carga. Quem se comprazia com esta existência vivia num tempo que era só presente, sem incentivo nem estímulo para se elevar acima das criaturas irracionais com as quais amiúde se cruzava, desconhecido de si mesmo, até do destino que aguardava todos os homens depois que se extinguia a sua existência física.

Quando, para além da aparência exterior, os missionários se abeiram desta gente, notam a sua simplicidade, o seu desatino, a sua credulidade. Tinham um conhecimento difuso das coisas primeiras, mas eram incapazes de qualquer elaboração espiritual. Os seus objectos de devoção eram paus e pedras, quando muito os antepassados, a quem recorriam em caso de necessidade, por doença ou infortúnio. Todos os gestos do seu quotidiano são ensombrados por uma multiplicidade de superstições – cada um, a seu modo, inventava as suas – que, em comum, partilhavam a mesma vacuidade, a mesma dependência das circunstâncias contingentes e materiais, das necessidades físicas imediatas, mas sobretudo a persistente incapacidade em descortinar as causas primeiras que estão para além das manifestações aparentes, o ser que está para lá do objecto que é venerado. Acreditavam com a mesma facilidade nas verdades reveladas pelos missionários, como nas falsidades semeadas pelos feiticeiros. Tomavam umas e outras sem malícia, sem maldade, simplesmente porque não alcançavam, por si próprias, a superioridade de umas e o logro de outras. Para além dessas crenças vãs, velava apenas o Demónio, semeando enganos e ilusões, insinuando-se em artifícios naturais, dissimulando-se em manifestações aparentes de santidade, trabalhando sempre para conservar aquela pobre gente na ignorância do seu miserável estado.

Na sua rude simplicidade, os africanos viviam apenas para a satisfação das suas paixões, prisioneiros dos imperativos mais lúgubres do desejo, escravos do imediatismo das pulsões sensuais. A prática de terem muitas mulheres era a expressão mais visível de um mundo onde os afectos não contavam, onde as relações se pautavam pela satisfação do interesse; as mulheres separavam-se dos homens, estes desprezavam as aquelas, ambos descuidavam os filhos. Vendiam-se uns aos outros por preços vis. As suas festas e ocasiões sagradas eram vividas na maior devassidão, em lautos banquetes, misturando-se todos sem freio, nem sequer vínculo de sangue, todas orientadas para a satisfação voraz dos sentidos e a exaltação do furor demoníaco. Mas a condição irrestrita do seu viver penetrava todos os domínios da sua existência. Governavam-se sem leis, submetidos à vontade volátil e tirânica dos seus chefes, favoreciam-se

os aduladores e perseguiam-se os justos e virtuosos. Ostentavam uma soberba sem limites, um orgulho tão enfático como pobre e miserável era a sua condição. Brigavam e levantavam guerras pelos motivos mais frívolos, lutavam com fúria e destemor, mas sem ordem nem disciplina, não conheciam honra, fugiam como combatiam, em desalinho. As suas maneiras eram bruscas e bárbaras. A sua música era dissonante e sobressaltada, como as suas danças, viradas à excitação dos corpos. Sobretudo, tinham por hábito nunca falar verdade, dissimulavam sempre, não reconheciam o valor da palavra dada. Eram sumamente inconstantes, de espírito volátil e humores instáveis. Como a própria natureza que os rodeava eram bravios e silvestres, indomesticados, bárbaros. Viviam, ainda assim, felizes na sua infelicidade.

A imagem dos africanos reflectida no discurso produzido por estes religiosos está longe de ser plana e uniforme. Em vários momentos, ela é sensível à condição individual do próprio religioso, ao contexto concreto em que este actua, à sua relação com os poderes em presença, europeus ou africanos, às condições de fixação da sua regra, mas também à sua própria vocação e ao modo como vivencia a condição de missionário, à circunstância histórica em presença, até ao tempo de permanência na missão. Adquire complexidade e movimento no jogo de afastamento e aproximação mantido com entidades que amiúde surgem na narrativa. A mulher sublinha a dimensão mutável, crédula, dissimulada e sensual que mora em todos os africanos. O jaga simboliza o que neles há de mais cruel, lúgubre e selvagem. O canibal, que não é apenas um costume abominável dos jagas, mas que existe como costume para além daqueles, sintetiza a vizinhança com a animalidade, a mais radical negação da condição do homem como criatura de Deus. Num mundo de excessos, estas figuras, sobretudo os jagas, constituem variações extremas de um mesmo modelo que tanto criam distância para dar a ver a eventual atenuação de certos atributos mais gritantes de barbárie, evidenciando aqui e ali a adopção de elementos de civilidade, como homogeneízam e uniformizam, salientando, em jeito de caricatura, a natureza selvagem do africano. Em qualquer caso, a sua presença torna-se uma marca irrevogável e necessária daquele espaço. Tanto, como aqueles que os missionários reconheciam como os mais capazes na compreensão das verdades da fé e na prática das virtudes civis, e que, exibindo o fruto do seu próprio trabalho, evidenciavam, também, a distância que os separava da generalidade dos africanos. Na verdade, o próprio modo como se releva a adopção localizada de costumes europeus, tidos por civis e próprios da razão, sempre reforça os elementos estruturantes daquele paradigma.

Na produção textual dos missionários que cruzaram os caminhos desta região africana, tanto a partir da elaboração mais geral sobre a condição do homem e a sua relação com Deus, como na descrição etnográfica de hábitos e práticas, esboça-se o que pode designar-se como um

discurso africanista, uma construção que desenha uma imagem particular de África e do africano e que reivindica, a partir dela, um saber específico, necessário para que a relação com eles seja produtiva e eficaz. A sua dependência de certas noções operativas como gentio, selvagem ou bárbaro, favorecem o estabelecimento de similitudes com outras entidades, como o índio das Américas, por exemplo, que podem atenuar a especificidade que parece entrever-se naquela representação. Ainda assim, os religiosos que são chamados à tarefa de levar a cristandade até àquelas partes reclamam a necessidade de ali ser adoptada uma abordagem própria e específica. Aquela gente não disputava razões à maneira dos heréticos ou cismáticos, não possuía um credo como os muçulmanos, não mantinha hábitos e marcas rituais como os da nação. Eram, além disso, inconstantes. Não exibiam polidez como os orientais. A sua língua era escassa e limitada para a transmissão de verdades e noções espirituais que desconheciam. Tinham costumes bárbaros e incivis, contrários à razão, até, às vezes, à natureza.

Não era tanto ao nível dos institutos pastorais, ou até nos temas catequéticos que essa especificidade era reclamada. Na Europa como em África, as congregações, as escolas, as devoções confessionais, a disciplina dos sacramentos, tinham todo o sentido e aplicação, constituíam, afinal, a matriz que ajudara a refundar o mundo católico na resposta ao desafio da reforma. Era sobretudo no plano do relacionamento, da atitude e da postura, que as diferenças se tornavam mais sensíveis. Para converter aquela gente simples, bastavam as verdades elementares da fé, porque elaborações só os confundiam. Para homens centrados nas aparências, o próprio exemplo de vida do religioso, o rigor que aplicava a si mesmo, as virtudes que evidenciava no seu quotidiano, eram a melhor catequese. Mais do que o verbo, era a exaltação que o incendiava o que podia mover os corações. Dispensavam-se ali os saberes aprendidos nas universidades e colégios europeus. Requeria-se fortaleza e constância moral para temperar os enganos e desilusões, espírito e perfeição para suportar a pobreza mais radical, e paciência, muita paciência para ensinar essas almas rudes e insuficientes.

Naqueles lugares, evangelizar era também promover o comportamento civil, adestrá-los no valor do trabalho e do esforço, levá-los a moderar a vontade e a governarem-se por leis razoáveis, a refinar os seus gestos, gostos e compostura, a incrementar o aprumo das suas casas e a variedade das suas vestes, a aperfeiçoar as suas artes, a refrear os seus ímpetos sensuais, a disciplinarem-se. Era afinal todo um programa de vida, aquele que o missionário devia promover e o africano haveria de percorrer. Em muitos momentos era preciso regular o rigor, em não poucas vezes o religioso devia travar os seus ímpetos, ponderar os ganhos espirituais para a salvação daquelas gentes, limitar o âmbito da sua acção, aqui e ali, silenciar e adiar a censura. Mas, nem por isso aquele programa deixava de fazer sentido e de constituir o horizonte último

para a sua acção, em momento algum se condescendia ou tolerava o que era próprio do modo de vida bárbaro. Civil e cristão são duas faces inseparáveis de uma mesma condição, um não existe sem o outro, cada um é função do outro.

Em qualquer caso, a conversão do africano não podia dispensar a coerção, a afirmação do poder e da autoridade, a sujeição, até mesmo a violência. Não se tratava apenas dos casos em que, por via da recusa ou manifesta resistência ao anúncio da palavra, se oferecia um título justo para a guerra e a conquista. No seu próprio quotidiano, o missionário carecia dos instrumentos coercivos necessários para reprimir as falsas crenças e perseguir os que, por virtude demoníaca, agiam para impedir que a fé ali se implantasse e frutificasse. Devia conduzir-se entre aquela gente de forma severa e austera. Havia que perscrutar cada gesto, inquirir cada hábito, vigiar todo o quotidiano, porque a sua vida toda era atravessada pela superstição, quase sempre a manifestação irrestrita da paixão, muitas vezes, a explícita ou subentendida invocação demoníaca. Quase nada na existência do africano era compatível com a condição de cristão. Para os missionários, o sincretismo não existia. Ou perversões diabólicas para manter no engano aquelas gentes, afastando-as do caminho da sua salvação, ou enganos de uma mente simples, quando muito uma crença vã e inócua que o tempo e as disciplinas haviam de dissipar. Mas nunca a tolerância, a negociação, a inclusão do outro. Mais do que qualquer outro intérprete, o missionário era, pela natureza da sua função, o que mais próximo chegava do quotidiano daquelas gentes, mas era também, fruto da sua própria condição, de mensageiro da palavra revelada, o que delas mais se distanciava. Olhava para o homem inteiro e sobre ele projectava um horizonte global de redenção. A inconstância que tão entranhada estava no ser do africano exigia uma medida de rigor capaz de inculcar constância na observância dos preceitos e práticas da fé. Era visível que, com o convívio com os europeus, sob o seu jugo, os africanos tornavam-se mais civis, refinavam os seus modos, descobriam até o valor do trabalho. A esta luz, a escravidão revelava-se útil. Muitos missionários detestavam a crueldade a que os africanos eram sujeitos, questionavam-se sobre a transmissibilidade do estatuto servil, indignavam-se com o desleixo na inquirição do título de escravização, protestavam contra as consequências que acarretavam, para o seu próprio ofício, as sevícias impostas sobre os escravos. Mas, na condição que o senhor tratasse o seu escravo como ao seu filho, cuidasse do seu amparo espiritual, garantisse a sua saúde corporal, promovesse o seu adestramento nas artes e maneiras civis, fosse rigoroso nos excessos e afectuoso nas necessidades, essa relação tinha uma função útil para desempenhar. Talvez que assim fosse possível, enfim, impor, entre aquela gente, o suave jugo da fé.